



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Concurso Interno

001. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – 2023 (CHQAOPM/2023)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles finalize sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

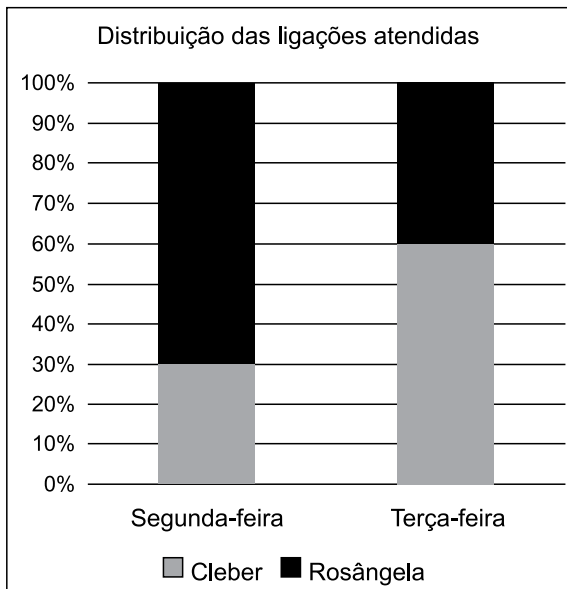
MATEMÁTICA

01. Adicionando-se as medidas dos lados de um terreno retangular que está à venda, tem-se como resultado 322 m. Se esse terreno tem a largura excedendo o comprimento em 11 m, e o preço de venda do metro quadrado desse terreno está avaliado em R\$ 150,00, então é verdade que o preço de venda do terreno está avaliado em
- (A) R\$ 967.500,00.
(B) R\$ 896.000,00.
(C) R\$ 712.500,00.
(D) R\$ 645.000,00.
(E) R\$ 523.000,00.
02. A quantidade de refeições servidas na segunda semana do mês anterior, no refeitório de uma instituição militar de formação, foi igual a 286, número 10% maior que a quantidade de refeições servidas, no mesmo refeitório, na primeira semana do referido mês. A diferença entre o número de refeições servidas naquelas duas semanas foi igual a
- (A) 24.
(B) 26.
(C) 28.
(D) 30.
(E) 32.
03. Com a quantidade de objetos do tipo A e de objetos do tipo B que se tem, é possível montar 40 *kits* contendo, cada um, 3 unidades do objeto do tipo A e 4 unidades do objeto do tipo B, sem sobrar objeto algum. Para montar 60 *kits* de forma que cada um contenha uma unidade a menos de cada tipo de objeto, sem sobras, deve-se acrescentar, ao grupo original de objetos,
- (A) somente 20 objetos do tipo A.
(B) 15 objetos do tipo A e 5 objetos do tipo B.
(C) 10 objetos do tipo A e 10 objetos do tipo B.
(D) 5 objetos do tipo A e 15 objetos do tipo B.
(E) somente 20 objetos do tipo B.

04. Uma verba de R\$ 18,4 milhões será dividida entre três Secretarias municipais, A, B e C. A Secretaria B receberá R\$ 0,25 milhões a mais que a quarta parte do valor que receberá a Secretaria A, e a Secretaria C receberá R\$ 0,6 milhões a menos que o triplo do valor que receberá a secretaria B. Nessa divisão, o valor que a secretaria C receberá a mais do que receberá a Secretaria B é de
- (A) R\$ 4,0 milhões.
(B) R\$ 4,2 milhões.
(C) R\$ 4,4 milhões.
(D) R\$ 4,6 milhões.
(E) R\$ 4,8 milhões.
05. As idades de três pessoas formam uma progressão geométrica de razão 2. Sabendo-se que a média aritmética simples dessas idades é de 28 anos, é correto afirmar que a diferença entre a maior e a menor das idades é de
- (A) 28 anos.
(B) 30 anos.
(C) 32 anos.
(D) 34 anos.
(E) 36 anos.
06. Em um grupo de 60 pessoas, 13 já viajaram para a Espanha e para o Canadá, 5 não viajaram para a Espanha e, tampouco, para o Canadá, e o número de pessoas que viajaram somente para a Espanha excede em 6 o número de pessoas que viajaram somente para o Canadá. Escolhida, aleatoriamente, uma pessoa desse grupo, a probabilidade de a pessoa escolhida já ter viajado para o Canadá será de:
- (A) $\frac{3}{10}$
(B) $\frac{4}{10}$
(C) $\frac{31}{60}$
(D) $\frac{37}{60}$
(E) $\frac{2}{3}$

- 07.** Em uma progressão aritmética, o quinto elemento é 4 e o nono elemento é 32. Adicionando-se os dez primeiros elementos dessa sequência, tem-se como resultado
- (A) 73.
(B) 75.
(C) 77.
(D) 79.
(E) 81.
- 08.** Um total de 10 soldados, sendo 4 sargentos e 6 cabos, precisam formar uma fila indiana, de modo que os quatro primeiros da fila sejam sargentos e os demais sejam cabos. O número total de maneiras distintas para formar essa fila é
- (A) 24.
(B) 744.
(C) 8 256.
(D) 17 280.
(E) 3 628 800.
- 09.** Considere a seguinte sequência ordenada de três comandos:
- “Ande 5 metros; pare; gire 45° à esquerda.”
- Uma pessoa que está em um ponto A e executa essa sequência ordenada de comandos, repetidas vezes, até voltar, pela primeira vez, ao ponto A de partida e parar, terá caminhado, no total,
- (A) 55 m.
(B) 50 m.
(C) 45 m.
(D) 40 m.
(E) 35 m.

10. O gráfico a seguir apresenta a distribuição do número total diário de ligações atendidas por Cleber e Rosângela em uma central de solicitação de serviços, na segunda-feira e na terça-feira da semana passada.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) Cleber atendeu 90% das ligações recebidas nos dois dias.
- (B) Rosângela atendeu mais ligações na segunda-feira do que as ligações que ela atendeu na terça-feira.
- (C) Na terça-feira, para cada 2 ligações atendidas por Rosângela, Cleber atendeu 3 ligações.
- (D) Na segunda-feira, Rosângela atendeu 10% a mais do número de ligações atendidas, na terça-feira, por Cleber.
- (E) O número total de ligações recebidas na terça-feira foi igual ao número total de ligações recebidas na segunda-feira.
11. Sobre os salários brutos dos servidores A, B, C, D, E e F, sabe-se que o salário bruto de D é R\$ 1.250,00 mais baixo que o de A, e R\$ 420,00 mais alto que o de B; que o salário bruto de E é R\$ 1.724,00 mais alto que o de A, e R\$ 3.394,00 mais alto que o de C; e que o salário bruto de C é R\$ 450,00 mais alto que o de F, que é de R\$ 6.200,00. Comparado ao salário bruto mais baixo, o salário bruto mais alto é maior em
- (A) R\$ 2.944,00.
- (B) R\$ 3.844,00.
- (C) R\$ 3.766,00.
- (D) R\$ 4.476,00.
- (E) R\$ 4.380,00.

12. Considere a seguinte afirmação:

“Eu canto ou assovio.”

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- (A) Eu não canto ou não assovio.
- (B) Eu não assovio e não canto.
- (C) Eu canto e não assovio.
- (D) Eu assovio e não canto.
- (E) Eu canto e assovio.

13. Considere verdadeira a afirmação “Amanda é policial militar”, e falsidade a afirmação “Amanda é sargento”.

Nessas condições, é necessariamente verdadeira a afirmação:

- (A) Amanda é policial militar e é sargento.
- (B) Amanda não é policial militar e é sargento.
- (C) Amanda não é policial militar e não é sargento.
- (D) Amanda não é policial militar ou não é sargento.
- (E) Amanda não é policial militar ou é sargento.

14. Considere verdadeiras as duas afirmações a seguir.

I. Se hoje eu estudo, então amanhã eu trabalho.

II. Amanhã eu não trabalho.

Com base nas informações apresentadas, conclui-se, corretamente, que

- (A) hoje eu não estudo.
- (B) hoje eu estudo.
- (C) ontem eu não estudei.
- (D) ontem eu trabalhei.
- (E) amanhã eu estudarei.

15. Assinale a alternativa que contém uma equivalência lógica para a seguinte afirmação:

“Se durmo, então estou com sono.”

- (A) Não durmo ou estou com sono.
- (B) Se não durmo, então não estou com sono.
- (C) Não durmo e estou com sono.
- (D) Se estou com sono, então durmo.
- (E) Durmo e não estou com sono.

Leia trecho da obra de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, para responder às questões de números 16 a 19.

Ora, daquela vez, como da outra, Fabiano ajustou o gado, arrependeu-se, enfim deixou a transação meio apalavrada e foi consultar a mulher. Sinhá Vitória mandou os meninos para o barreiro, sentou-se na cozinha, concentrou-se, distribuiu no chão as sementes de várias espécies, realizou somas e diminuições. No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

Não se conformou: devia haver engano. Ele era bruto, sim senhor, via-se perfeitamente que ele era bruto, mas a mulher tinha miolo. Com certeza havia um erro no papel do branco. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como escravo e nunca arranjar carta de alforria!

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. [...] Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza.

(Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, São Paulo, Martins. Adaptado)

16. As informações do texto e o conhecimento da obra permitem afirmar que Fabiano

- (A) não admitia que a mulher desse palpite nos negócios que ele fazia.
- (B) agia com firmeza diante do patrão, mostrando a desonestidade deste.
- (C) tinha postura submissa diante do patrão, que representava o poder.
- (D) mostrava muita agressividade toda vez que fazia negócios com o patrão.
- (E) desconfiava que a mulher o enganava nas contas de soma e diminuição.

17. Leia as passagens do texto.

No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, **mas** ao fechar o negócio notou que... (1º parágrafo)

Trabalhar **como** escravo e nunca arranjar carta de alforria! (2º parágrafo)

Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. (4º parágrafo)

Os termos em destaque estabelecem, correta e respectivamente, entre as orações, relação de sentido de

- (A) oposição; conformidade; explicação.
- (B) conclusão; comparação; condição.
- (C) concessão; explicação; oposição.
- (D) conclusão; conformidade; explicação.
- (E) oposição; comparação; condição.

18. Leia as passagens do texto.

1. Reclamou e obteve a explicação habitual: a diferença era proveniente de juros.

2. Não se conformou: devia haver engano.

Nas duas ocorrências, os dois-pontos foram empregados para introduzir

- (A) uma enumeração dos acontecimentos.
- (B) uma condição para o problema.
- (C) uma confirmação matemática.
- (D) uma explicação para os fatos.
- (E) uma condição para a solução.

19. Assinale a alternativa em que a frase reescrita atende à norma-padrão de regência.

- (A) Fabiano tinha certeza que havia um erro no papel do branco, mas resignava-se.
- (B) As contas do patrão eram diferentes de Sinhá Vitória, que sabia fazer contas.
- (C) Ele se arrependeu e pediu desculpas ao patrão por ter sido insolente.
- (D) A família tinha esperança que um dia tudo seria diferente na vida deles.
- (E) O patrão ignorava de que estava roubando Fabiano, um pobre coitado.

Leia o trecho da mesma obra para responder às questões de números **20** a **22**.

“Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojavam com ela, rolariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordos, enormes.”

20. Com base no trecho e no conhecimento da obra *Vidas Secas*, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta.

- (A) Baleia é humanizada, o que se confirma com o comportamento de brincar com as crianças.
- (B) No sonho, Baleia idealiza Fabiano como um homem gordo que, junto com os preás, brincaria com ela.
- (C) Baleia pertencia a uma família típica do sertão mato-grossense, vítima da seca.
- (D) A temática do trecho é romântica, mostrando como os sonhos se tornam realidade.
- (E) As formas verbais empregadas no trecho indicam que esses acontecimentos ocorreram mais adiante na narrativa.

21. É correto afirmar que, no texto apresentado, há elementos de

- (A) narração, cuja característica principal consiste em apresentar a personagem com riqueza de adjetivos.
- (B) descrição, em que as imagens dos seres e do ambiente vão sendo construídas por meio das palavras.
- (C) dissertação, cuja estrutura apresenta um enredo com personagens, num determinado espaço e tempo.
- (D) descrição, em que se percebe uma ação com personagens que vivem em torno de um conflito.
- (E) dissertação, cuja estrutura se organiza com o objetivo de argumentar sobre determinado tema.

22. Assinale a alternativa que classifica corretamente as palavras quanto à sílaba tônica e apresenta sua correta divisão silábica.

- (A) Baleia – palavra paroxítona – Ba-lei-a.
- (B) Fabiano – palavra paroxítona – Fa-bia-no.
- (C) Vitória – palavra oxítona – Vi-tó-ri-a.
- (D) alforria – palavra paroxítona – al-fo-rri-a.
- (E) insolência – palavra proparoxítona – in-so-lên-ci-a.

Leia o texto para responder às questões de números **23** e **24**.

Sorôco, sua mãe, sua filha

Aquele carro parara na linha de resguardo, desde a véspera, tinha vindo com o expresso do Rio, e estava lá, no desvio de dentro, na esplanada da estação. Não era um vagão comum de passageiros, de primeira, só que mais vistoso, tudo novo. A gente reparando, notava as diferenças. Assim repartido em dois, num dos cômodos as janelas sendo de grades, feito as de cadeia, para os presos. A gente sabia que, com pouco, ele ia rodar de volta... [...] Ia servir para levar duas mulheres, para longe, para sempre. O trem do sertão passava às 12h45m.[...]

A mãe de Sorôco era de idade, com para mais de uns setenta. A filha, ele só tinha aquela. Sorôco era viúvo. Afora essas, não se conhecia dele parente nenhum. [...]

A filha – a moça – tinha pegado a cantar, levantando os braços, a cantiga não vigorava certa, nem no tom nem no se-dizer das palavras – o nenhum.[...]

O que os outros se diziam: que Sorôco tinha tido muita paciência. Sendo que não ia sentir falta dessas transtornadas pobrezinhas, era até um alívio.

(Rosa, Guimarães. *Sorôco, sua mãe, sua filha*.

In: Primeiras estórias. 10 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977. Adaptado)

23. Da leitura do trecho e do conhecimento do conto, é correto afirmar:

- (A) As duas mulheres tinham enlouquecido depois que Sorôco, após a viuvez, as havia abandonado à própria sorte.
- (B) Para o povo, a partida de Sorôco era um alívio porque as mulheres tinham bastante idade e os atritos eram constantes.
- (C) O carro citado no início do texto era de primeira classe e levaria as duas mulheres para uma viagem a fim de distraí-las.
- (D) A referência aos membros vivos e falecidos da família de Sorôco reforçam a ideia de uma solidão vivida pelo personagem.
- (E) O vagão de primeira classe, equipado com grades, levaria as mulheres e outros presos a fim de pagarem suas penas.

24. Considere o texto de Guimarães Rosa e a tira de Angeli para responder à questão.



(Wood & Stock – *Psicodelia e colesterol*. São Paulo: Jacarandá, 2003. p. 13)

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente,

- uma expressão do texto que representa traço de linguagem informal e
 - o tipo de linguagem empregada no 2º quadrinho.
- ... só que mais vistoso, tudo novo. (1º parágrafo) / linguagem descontraída e formal.
 - la servir para levar duas mulheres, para longe, para sempre. (1º parágrafo) / linguagem em desacordo com a norma-padrão.
 - A gente reparando, notava as diferenças. (1º parágrafo) / linguagem baseada no emprego de gírias.
 - A mãe de Sorôco era de idade, com para mais de uns setenta. (2º parágrafo) / linguagem regional, com correção gramatical.
 - A filha, ele só tinha aquela. (2º parágrafo) / linguagem coloquial, fiel às normas gramaticais.

Leia o texto para responder às questões de números 25 a 29.

Mulheres na política reduzem a corrupção, diz estudo do Insper

Lideranças públicas femininas têm até 35% menos chances de se envolverem em casos de corrupção do que as masculinas, enquanto líderes negros propõem três vezes mais leis e políticas públicas dedicadas à inclusão do que os não negros.

Os dados são de um levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper, a pedido da Fundação Lemann. Os pesquisadores analisaram 95 estudos nacionais e internacionais sobre diversidade de gênero e raça na política e no mercado de trabalho. O levantamento mostra como políticas públicas podem ser mais efetivas quando grupos minoritários estão no poder.

Segundo o líder de equidade racial da Fundação Lemann, “essas evidências são preciosas, no sentido de fazer as pessoas entenderem que ter mulheres e pessoas negras em posições de tomada de decisão é uma necessidade da nossa sociedade.”

De acordo com o levantamento do Insper, a eleição de mulheres para cargos políticos repercute na redução da corrupção e do clientelismo nos postos do poder Executivo municipal.

A relação entre representação feminina e menores níveis de corrupção já havia sido relatada por um outro levantamento que avaliou mais de 100 países em 2001.

Ainda segundo a pesquisa do Insper, mulheres em cargos de liderança política tendem a investir até 7% a mais do que homens em bens públicos como saúde e educação, diminuir em até 24% a mortalidade infantil.

Líderes do sexo feminino apresentam maior preocupação em promover propostas e ações relacionadas à saúde voltadas a mulheres e crianças quando estão em legislaturas estaduais. Isso melhora a qualidade dos serviços de saúde pré-natal e infantil nos distritos onde são eleitas.

Já pessoas negras eleitas tendem a propor o triplo de leis e políticas públicas dedicadas à inclusão do que lideranças não negras.

Políticos negros também são mais propensos a responder à população, mesmo quando não houver possibilidade de ganho político, enquanto não negros tendem a responder menos quando não percebem vantagens envolvidas. Quando uma mulher se elege à prefeitura, um número maior de adolescentes do sexo feminino se registra para votar na eleição seguinte, mesmo que o voto seja facultativo. Se essas candidatas sofrerem uma derrota, o efeito é o contrário.

(Folha de S.Paulo, 20 de agosto de 2023. Adaptado)

25. O texto defende a ideia de que

- a representação feminina no governo é importante para o aumento da natalidade, o que já é uma preocupação nacional.
- políticas públicas podem ser mais positivas quando grupos minoritários estão no poder, e isso constitui uma necessidade da sociedade.
- pessoas negras nas lideranças públicas sofrem preconceito e enfrentam dificuldades em propostas de inclusão.
- adolescentes do sexo feminino sentem-se incentivadas a votar quando uma mulher é eleita na prefeitura ou mesmo quando é derrotada.
- políticos não negros, assim como negros, costumam atender a população sem visar a qualquer tipo de benefício próprio.

26. A expressão em destaque está substituída nos parênteses em conformidade com a norma-padrão em:

- ... no sentido de **fazerem as pessoas** entenderem... (fazerem-las) – 3º parágrafo.
- Os pesquisadores **analisaram 95 estudos nacionais e internacionais**... (analisaram-os) – 2º parágrafo.
- ... apresentam maior preocupação em **promover propostas e ações**... (promove-la) – 7º parágrafo.
- ... um outro levantamento que **avaliou mais de 100 países** em 2001. (avaliou-os) – 5º parágrafo.
- ... mesmo quando não **houver possibilidade de ganho político**... (a houver) – 9º parágrafo.

27. Assinale a alternativa que apresenta a frase reescrita em conformidade com a norma-padrão de concordância e de crase.

- (A) Prefeitos negros tem maior capacidade de se conectar à moradores da cidade em que foram eleitos.
- (B) À discriminação é atribuído um dos maiores empecilhos para o aumento de mulheres e negros na política.
- (C) Pessoas negras eleitas propõe mais leis dedicadas à educação e à políticas públicas de inclusão.
- (D) Devem haver mais mulheres e negros na política para que hajam as mais efetivas ações dirigidas à população.
- (E) Políticas públicas voltadas a diminuição das desigualdades tende à gerar oportunidades de candidatura de negros e mulheres.

28. Analise a seguinte passagem do último parágrafo do texto:

Quando uma mulher se elege à prefeitura, um número maior de adolescentes do sexo feminino se registra para votar na eleição seguinte...

Com relação ao período, ao número de orações e à sua classificação tem-se:

- (A) A oração “Quando uma mulher se elege à prefeitura” é a principal do período composto por subordinação.
- (B) O período é composto por duas orações: uma inicial e outra coordenada sindética conclusiva.
- (C) O período é composto por três orações, sendo uma principal, e as outras adverbial temporal e adverbial final, respectivamente.
- (D) O período é composto por coordenação, apresentando uma oração inicial e outra assindética “um número maior de adolescentes do sexo feminino se registra para votar na eleição seguinte”.
- (E) O período é composto por coordenação e possui três conectivos que introduzem as orações: Quando, se e para.

29. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está empregada corretamente, e o termo em destaque “se” apresenta o mesmo valor que tem na frase do último parágrafo do texto:

Se essas candidatas sofrerem uma derrota, o efeito é o contrário.

- (A) Ele **se deteu** diante do grande número de adolescentes do sexo feminino registrando seu voto.
- (B) **Se** o político **pôr** o bem-estar do povo acima de tudo, estará fazendo um ótimo governo.
- (C) Lideranças públicas femininas **manteram** menos chances de **se** envolverem em casos de corrupção.
- (D) **Se** você **vir** elevação do número de projetos de inclusão, é porque há pessoas negras no comando.
- (E) Perguntei **se** ele tinha **chego** mais cedo para atender às diversas solicitações dos seus municípios.

30. Assinale a alternativa que classifica, corretamente, nos parênteses, os termos em destaque.

- (A) **Lideranças públicas femininas** têm até 35% menos chances de se envolverem em casos de corrupção do que as masculinas. (sujeito composto)
- (B) Essas evidências **são preciosas**. (predicado nominal)
- (C) Os 95 estudos nacionais e internacionais foram analisados por **pesquisadores**. (sujeito paciente)
- (D) Líderes do sexo feminino promovem **propostas e ações** relacionadas à saúde. (complemento nominal)
- (E) Ter mulheres e pessoas negras em posições de tomada de decisão é uma necessidade **da nossa sociedade**. (objeto indireto)

HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR

31. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o que motivou o governo da Província de São Paulo a criar, em 1866, o Corpo Policial Provisório.

- (A) A insuficiência do policiamento realizado na capital pelo Corpo Municipal Permanente, que teve seu efetivo disseminado por cinquenta municípios da Província.
- (B) A necessidade de reforço do policiamento nas estradas e sertões paulistas, em especial na estrada de rodagem que ligava a Província de São Paulo à do Rio Grande do Sul.
- (C) O estado de decadência do Corpo Municipal Permanente, que enfrentava diversos problemas de disciplina, como a embriaguez constante e frequentes atos de rebeldia.
- (D) O envio do efetivo de praças e oficiais do Corpo Municipal Permanente para a campanha da Guerra do Paraguai desproveu a Província de efetivo para a manutenção da ordem pública.
- (E) O emprego do efetivo do Corpo Municipal Permanente, para o enfrentamento das concomitantes Revolta da Armada e Revolução Federalista, desguarneceu o policiamento da Província.

32. Sobre a atuação da Força Pública durante o episódio conhecido como Questão dos Protocolos, assinale a alternativa correta.

- (A) Unidades da Força Pública foram descoladas ao litoral paulista, para a defesa de um possível ataque da esquadra italiana, comandada pelo Almirante Giuseppe Palumbo, que foi enviada pelo governo da Itália, sob o pretexto de defesa dos cidadãos italianos em solo brasileiro.
- (B) Unidades da Força Pública foram descoladas ao litoral paulista, para impedir o desembarque de novos imigrantes italianos em solo paulista, em virtude dos Protocolos estabelecidos pelo governo brasileiro, receoso pelo grande número de italianos concentrados em São Paulo.
- (C) A Força Pública foi encarregada da escolta e segurança da comitiva diplomática, liderada pelo Embaixador Plenipotenciário Renato de Martino, enviado ao Brasil pelo governo italiano para mediar a solução dos conflitos com o governo brasileiro.
- (D) A Força Pública foi responsável pelo reestabelecimento da ordem pública, gravemente afetada pelos ataques a cidadãos italianos e a cidadãos brasileiros, na cidade de São Paulo, ocorridos durante os conflitos motivados pela Questão dos Protocolos.
- (E) Unidades da Força Pública foram enviadas ao interior do Estado, para pôr fim às manifestações públicas e aos ataques às fazendas de café, ocorridos em protesto pelos maus-tratos a trabalhadores italianos, praticados por capatazes de proprietários rurais paulistas.

33. Com a assunção de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, quais impactos as medidas adotadas pelo novo governo tiveram sobre a Força Pública de São Paulo?

- (A) A Força Pública recebeu grandes investimentos para o seu aparelhamento e reorganização, tornando-se o chamado “pequeno exército paulista”, braço armado à disposição dos interventores federais em São Paulo, para garantir a ordem e a manutenção do novo governo.
- (B) A Força Pública foi fortalecida com a criação da Secretaria da Segurança Pública, separada da Secretaria de Justiça, para a qual foi nomeado como Secretário o General Miguel Costa, grande estrategista militar da Revolução de 30 e Comandante Geral da Força Pública.
- (C) A Força Pública teve desmantelado seu aparato bélico, sendo privada de artilharia, aviação, engenhos moto-mecanizados e armas automáticas; e sofreu intervenção em suas escolas de formação, sendo alvo de uma estratégia de esvaziamento da autonomia estadual.
- (D) A Força Pública, em razão de não ter oferecido resistência à passagem da coluna revolucionária de Vargas por São Paulo, quando esta seguia do Sul em direção à capital do país, foi reconhecida pelo novo governo, recebendo como prêmio o Campo de Marte e o Campo de Manobras de Congonhas.
- (E) A Força Pública perdeu autonomia e espaço institucional, ficando sob comando de um General de Exército, nomeado por Vargas como Comandante Geral, tendo como Diretor Geral de Instrução um Coronel de Exército e ficando sob o controle e coordenação da Inspetoria Geral das Forças Públicas.

34. Inspirados pelos ideais do movimento, mais tarde chamado de Tenentismo, um grupo de militares, liderados pelo General Clodoaldo da Fonseca, sublevou-se contra o governo brasileiro, presidido por Arthur Bernardes. A Força Pública foi mobilizada para apoiar os esforços de contenção do motim, constituindo-se tal episódio em um dos marcos históricos da Corporação, conhecido como a:

- (A) Sedição de Mato Grosso.
- (B) Revolução de São Paulo.
- (C) Campanha de Goiás.
- (D) Campanha do Sul.
- (E) Campanha do Nordeste.

35. Quem foi o Comandante Geral da Força Pública de São Paulo que, consciente de que era certa a derrota paulista diante da esmagadora superioridade das forças ditatoriais, para poupar a população da destruição que causaria a chegada da guerra civil às já indefesas cidades paulistas, assinou o armistício proposto por Vargas, pondo fim à Revolução Constitucionalista de 1932?

- (A) Coronel Júlio Marcondes Salgado.
- (B) Coronel Herculano de Carvalho e Silva.
- (C) Coronel Pedro Dias de Campos.
- (D) Coronel Edgard Pereira Armond.
- (E) Coronel Patrício Baptista da Luz.

HISTÓRIA DO BRASIL

36. Com a Independência do Brasil, haviam atingido o objetivo fundamental a que se propunham: libertar o país das restrições impostas pelo Estatuto Colonial, assegurar a liberdade de comércio e garantir a autonomia administrativa. A organização do país independente refletiria os anseios desses grupos sociais que assumiram o poder no Primeiro Império.

(Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*, p. 58. Adaptado)

Em relação aos grupos sociais mencionados no texto, está correto afirmar que estes eram compostos

- (A) por comerciantes brasileiros que enriqueceram graças ao monopólio de Portugal, mas que agora pleiteavam o livre comércio com países europeus e a abolição da escravatura, para ampliar o mercado consumidor interno.
- (B) por aristocratas de origem portuguesa, que tinham como finalidade permanecer no poder, na figura de D. Pedro I, para possibilitar a recolonização do Brasil e fazer retornar os privilégios metropolitanos sobre a colônia.
- (C) por grandes proprietários de terra que estavam interessados na permanência da estrutura tradicional de produção, baseada no latifúndio, na mão de obra escrava e na exportação de produtos agrícolas.
- (D) pelas classes médias urbanas, apoiadas pelos mercantilistas reinóis, interessados no rompimento do monopólio comercial de Portugal e na gradual abolição da escravidão, para enfraquecer o poder da oligarquia agrária brasileira.
- (E) pelas oligarquias paulista e mineira, produtoras de café e de leite, que tinham como perspectiva a instauração gradativa de um governo republicano, para assumir o controle do comércio de exportação e importação.

37. Em 1891, eclodiu a primeira Revolta da Armada, também conhecida como Revolta da Esquadra. O estopim estava ligado ao governo autoritário do marechal Deodoro, que, em flagrante violação da Constituição daquele ano, ordenou o fechamento do Congresso. A oposição andava cada vez mais descontente com a crise econômica dos primeiros anos da República – especulação vertiginosa, fraudes, inflação. Comandada pelo almirante Custódio de Mello, boa parte da frota fundeada na Baía de Guanabara subleveu-se: a Armada – como a marinha era chamada na época – exigia a reabertura do Congresso, do contrário bombardearia o Rio de Janeiro.

(Lília M. Schwarcz; Heloísa M. Starling. *Brasil: uma biografia*; p. 539 de 1330 – Edição do Kindle. Adaptado)

Os acontecimentos históricos abordados referem-se ao contexto que contribuiu para provocar

- (A) a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República.
- (B) a eclosão do Movimento Tenentista, em apoio aos florianistas.
- (C) o surgimento de revoltas messiânicas no interior do Nordeste.
- (D) a eleição, por voto direto e popular, do marechal Floriano Peixoto.
- (E) uma vitória parcial da Revolução Federalista, que ocorria no sul do Brasil.

38. Em 1953, o Senado viveu dias incendiários, em que os senadores estudaram e votaram o projeto de lei, redigido em 1951 pelo presidente Getúlio Vargas.

O Senado rachou entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas” contra os “entreguistas” — alcunhas dadas, naturalmente, pelos adversários. Um lado abrigou os senadores que defendiam a produção e toda a cadeia industrial como monopólio estatal. Do outro lado, ficaram os que advogavam a participação da iniciativa privada, incluindo empresas estrangeiras.

O projeto de lei original, porém, não previa o monopólio.

Na primeira passagem da proposta pela Câmara, os deputados a modificaram e incluíram nela o monopólio estatal. Foi esse o texto sobre o qual os senadores se debruçaram em 1953.

(Ricardo Westin. *Arquivo S*. Disponível em: <https://tinyurl.com/yua22cur>, 06.06.2014. Acesso em: 06.08.2023. Adaptado)

O texto se refere à votação do projeto de lei referente à

- (A) normatização do uso de tecnologia bélica.
- (B) pesquisa sobre a aplicação do urânio.
- (C) exploração de minério na Amazônia.
- (D) criação da Petrobras.
- (E) constituição da Bolsa de Valores no Brasil.

39. [...] o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, p. 509)

Está correto afirmar que o movimento descrito no fragmento, ocorrido em 1984, teve como desdobramento a seguinte ocorrência:

- (A) a aprovação do projeto de lei por maioria simples, nas duas casas legislativas; contudo, houve veto presidencial, e o projeto foi devolvido ao Congresso Nacional.
- (B) a invasão do Congresso Nacional pela população, para pressionar os parlamentares a aprovarem as eleições diretas, terminando pelo adiamento da votação para o ano seguinte.
- (C) a interrupção da votação do projeto de lei na Câmara, por ordenamento tácito do Supremo Tribunal Federal, em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade.
- (D) a vitória esmagadora da oposição no Congresso Nacional; todavia, por se tratar de mudança constitucional, a lei só poderia entrar em vigor na legislatura seguinte.
- (E) a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, pois eram necessários dois terços de votos favoráveis à aprovação e a maioria do Congresso era constituída pelo partido governista.

40. Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I. a existência da União;
 - II. o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
 - III. o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
 - IV. a segurança interna do País;
 - V. a probidade na administração;
 - VI. a lei orçamentária;
 - VII. o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- [...].

Artigo 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Os artigos transcritos referem-se a situações que

- (A) determinam afastamento temporário do Presidente, como foi o caso de José Sarney.
- (B) tornam obrigatória a realização de novas eleições, como foi o caso de Tancredo Neves.
- (C) descrevem requisitos para a inelegibilidade, como foi o caso de Itamar Franco.
- (D) fundamentam um processo de *impeachment*, como foi o caso de Fernando Collor de Mello.
- (E) definem a instauração de processo administrativo, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso.

ATUALIDADES

41. A iniciativa denominada “Muralha Paulista”, divulgada pelo Governo do Estado de São Paulo em 2023, consiste

- (A) na construção de mais unidades prisionais no território paulista, para enfrentar o problema da superlotação de presídios e casas de detenção provisória.
- (B) no aumento do número de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP) contratados para trabalhar no sistema prisional do Estado de São Paulo.
- (C) no estabelecimento de rede interligada de câmeras de vídeo e radares, que serão utilizados pela polícia para prevenção e apuração de crimes.
- (D) na instalação de postos de vigilância e fiscalização em regiões de divisa com outras unidades da federação para o enfrentamento aos crimes interestaduais.
- (E) na mobilização comunitária para a formação de núcleos de vizinhança solidária, estimulando o fortalecimento de redes comunitárias de autoproteção e de relacionamento com a Polícia.

42. Em 2023 o governo editou norma que diferencia com mais clareza bicicletas elétricas, ciclomotores elétricos e motocicletas elétricas, e estabelece diferentes exigências para cada tipo de veículo. Quanto ao uso dos ciclomotores, é correto afirmar que

- (A) o uso do capacete é recomendado, mas não obrigatório.
- (B) é necessário ser habilitado nas categorias, A, B, ou ACC.
- (C) é proibido trafegar em ciclovias ou ciclofaixas.
- (D) não é necessário licenciar, somente pagar o IPVA.
- (E) pode ser conduzido por maiores de 16 anos.

43. Os meios de comunicação social repercutiram o andamento da votação no Supremo Tribunal Federal em 2023 sobre a validade e implantação obrigatória do juiz de garantias. O que é o juiz de garantias?

- (A) O juiz de garantias é um magistrado que será responsável por fiscalizar a legalidade da investigação criminal, autorizando medidas como prisões, quebras de sigilo e mandados de busca e apreensão. Tem a função de garantir os direitos individuais dos investigados.
- (B) O juiz de garantias é um magistrado que atuará só na fase de instrução do processo e será responsável por, somente, analisar os indícios de autoria e materialidade do crime e receber ou não a denúncia oferecida pelo ministério público.
- (C) O juiz de garantias é um membro do Ministério Público que atuará fiscalizando as investigações feitas pela polícia, para garantir a eficiência do processo de persecução criminal e o sucesso no esforço de condenação dos culpados.
- (D) O juiz de garantias é o magistrado responsável por fazer a defesa dos acusados nos processos criminais a que respondem pessoas sem condições financeiras de prover a própria defesa, para garantir o equilíbrio com a figura do promotor, que tem o papel de acusação.
- (E) O juiz de garantias é o magistrado designado para julgar os processos relativos às violações de direitos humanos, tendo autonomia para atuar na esfera cível e criminal, de forma a garantir a análise célere e competente dos processos dessa natureza.

44. Qual fato marcou a final da Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2023 e repercutiu internacionalmente a questão da violência contra a mulher?

- (A) Uma das jogadoras foi alvo de gestos e expressões racistas por parte de integrantes da torcida adversária durante o jogo.
- (B) Uma das jogadoras acusou o presidente da FIFA de tê-la apalpado durante a cerimônia de entrega das medalhas.
- (C) Uma das jogadoras tornou público que foi vítima de agressão sexual, perpetrada por um dos integrantes da comissão técnica do seu time.
- (D) Uma das jogadoras foi beijada na boca por uma das autoridades esportivas que participava da cerimônia de entrega das medalhas.
- (E) Uma das jogadoras tornou público que foi vítima de assédio psicológico, feito pela treinadora do time.

45. Em julho de 2023 a imprensa repercutiu a morte de Gabriela Anelli, de 23 anos, resultado de ferimentos no pescoço causados por estilhaços de vidro. A morte de Gabriela está relacionada com que problema de Segurança e Ordem Pública?

- (A) Violência no trânsito.
- (B) Violência de gênero.
- (C) Violência sexual intermediada pela Internet.
- (D) Violência entre torcedores de futebol.
- (E) Violência doméstica.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Com relação aos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra serão comunicados ao delegado competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, após ordem judicial.
- (B) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, no ato da redução de seu depoimento a termo.
- (C) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial de plantão.
- (D) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (E) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do locatário de imóvel residencial.

47. Com relação às Forças Armadas, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) São constituídas pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica, e pelo Comando Supremo de Estado Maior, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.
- (B) Estão subordinadas à autoridade suprema do Presidente da República.
- (C) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares, salvo na hipótese de estado de sítio.
- (D) O oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal civil de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal militar, em tempo de guerra.
- (E) O militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será exonerado.

48. Acerca da segurança pública, nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Municípios com menos de 200 mil habitantes somente poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, por meio de consórcio público.
- (B) Cabe às Forças Armadas exercer as funções de polícia marítima, aeroportuárias e de fronteiras.
- (C) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos estatais.
- (D) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- (E) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil e de guarda ao patrimônio histórico-cultural.

49. Um policial militar foi acusado de praticar crime doloso contra civil. Considerando-se as disposições previstas na Constituição do Estado de São Paulo sobre a Justiça Militar, é correto afirmar que o policial será submetido a julgamento

- (A) pela Justiça Militar do Estado.
- (B) pelo Tribunal do Júri.
- (C) pelo Conselho de Justiça.
- (D) pelo Tribunal de Justiça.
- (E) por Juiz de Direito do juízo militar.

50. Assinale a alternativa que apresenta uma situação correta, nos termos da Constituição do Estado de São Paulo.

- (A) O governador do estado não poderá nomear Delegado-Geral de Polícia que se enquadre nas condições de inelegibilidade.
- (B) A Assembleia Legislativa poderá dispor sobre o direito de greve em legislação específica, englobando servidores civis e militares.
- (C) Um policial pode ser contratado como enfermeiro da rede pública de saúde, acumulando-se as remunerações, se houver compatibilidade de horários.
- (D) O governador do estado poderá divulgar atos, programas, obras e serviços e campanhas da administração direta fora do território do Estado, desde que tenha finalidade educacional, informativa e de orientação social.
- (E) O cidadão deve ter acesso à certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse pessoal, no prazo máximo de quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

51. Tendo em conta o Código Penal, a respeito da aplicação da lei penal, é correto dizer que:

- (A) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra os chefes dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado Brasileiro.
- (B) para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras privadas, onde quer que se encontrem, desde que em serviço do governo brasileiro.
- (C) considera-se praticado o crime no momento em que se produz ou deveria se produzir o resultado.
- (D) a pena cumprida no estrangeiro será computada à pena imposta no Brasil, pelo mesmo crime, desde que idêntica. Se diversas as penas, a imposta no Brasil será cumprida integralmente, sem atenuação.
- (E) a sentença estrangeira para ser homologada pelo Brasil, a fim de obrigar o condenado à reparação do dano, depende da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a decisão.

52. Tendo em conta os crimes contra a vida, previstos no Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) matar alguém, impelido por relevante valor social ou moral, caracteriza o crime de homicídio simples, previsto no art. 121, caput, do CP.
- (B) matar alguém, com emprego de arma de fogo de uso permitido, caracteriza o crime de homicídio simples, previsto no art. 121, caput, do CP.
- (C) matar pessoa menor de 18 anos caracteriza o crime de homicídio qualificado, previsto no art. 121, parágrafo segundo, do CP.
- (D) matar o próprio filho, sob a influência de estado puerperal, durante o parto, caracteriza o crime de homicídio privilegiado, previsto no art. 121, parágrafo primeiro, do CP.
- (E) ofender a integridade física de mulher, resultando-lhe aborto não intencional, caracteriza o crime de aborto, previsto no art. 125, do CP.

53. A respeito dos crimes contra a dignidade sexual, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O estupro corretivo (art. 226, inciso IV, b, o CP) somente admite vítima mulher.
- (B) Impedir que pessoa menor de 18 anos abandone a prostituição caracteriza o crime de favorecimento à prostituição, previsto no art. 228, do CP.
- (C) Se do crime contra a dignidade sexual o agente transmitir para a vítima doença sexualmente transmissível da qual saiba ser portador incidirá causa de aumento da pena.
- (D) Os crimes, com exceção do tipo penal da violação sexual mediante fraude, procedem-se mediante ação penal pública incondicionada.
- (E) Induzir menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem ou a própria caracteriza o crime de corrupção de menores, previsto no art. 218, do CP.

54. Nos crimes de ação penal privada, o Inquérito Policial se iniciará:

- (A) a requerimento do ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.
- (B) por requisição do Ministério Público ou da Autoridade Judicial.
- (C) de ofício, pela Autoridade Policial, quando tomar conhecimento da prática delitiva.
- (D) a requerimento de qualquer do povo, competindo à Autoridade Policial, verificada a procedência, determinar a instauração.
- (E) não há previsão de inquérito policial, pois os crimes de ação penal privada processam-se por queixa, perante a Autoridade Judicial.

55. A respeito do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Terão prioridade para realização do exame de corpo de delito os crimes que tenham por vítima criança e adolescente, idosos, mulher em situação de violência doméstica, bem como povos indígenas e quilombolas.
- (B) São cinco as etapas da cadeia de custódia taxativamente previstas, ordenadas em coleta, acondicionamento, processamento, armazenamento e descarte.
- (C) A coleta do vestígio deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial.
- (D) O exame de corpo de delito será realizado obrigatoriamente por perito oficial, portador de diploma de curso superior, na área específica relacionada à perícia.
- (E) O exame de corpo de delito deverá ser feito no período matutino, exceto nos casos em que há risco de perecimento dos vestígios, em que se realizará a qualquer dia e hora.

56. A prisão domiciliar poderá substituir a prisão preventiva:

- (A) nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça, apenados com privativa de liberdade inferior a 4 anos.
- (B) quando o agente for maior de 70 anos.
- (C) quando o agente for imprescindível aos cuidados de pessoa portadora de doença grave ou deficiência.
- (D) quando o agente for o único responsável pelos cuidados de filho, menor de 12 anos.
- (E) quando a agente for o único responsável pelos cuidados de genitor, idoso e portador de doença grave.

57. Nos termos do Código Penal Militar, é correto afirmar que nos crimes dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas, em serviço ou atuando em razão da função, contra civil, praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República, serão da competência

- (A) do Tribunal do Júri do lugar onde o crime foi consumado.
- (B) do Tribunal do Júri da União.
- (C) do Tribunal do Júri da Justiça Militar da União.
- (D) da Justiça Militar da União.
- (E) do Tribunal do Júri de Brasília.

58. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa que, corretamente, contenha um crime militar que possui causa de aumento de pena se o fato é praticado diante da tropa ou em público.

- (A) Despojamento desprezível.
- (B) Aliciação para motim ou revolta.
- (C) Incitamento.
- (D) Apologia de fato criminoso ou do seu autor.
- (E) Violência contra superior.

59. Nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade), é correto afirmar que submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade, entre outras hipóteses, a situação de violência:

- (A) Tipifica um crime propriamente militar.
- (B) É considerado crime hediondo.
- (C) Tipifica uma contravenção penal institucional.
- (D) É considerado em fato atípico.
- (E) Tipifica o crime de violência institucional.

60. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que o Inquérito Policial Militar poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, entre outras hipóteses,
- (A) nos crimes de peculato e de corrupção passiva, quando a apuração for realizada pela Corregedoria.
 - (B) nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, estando ou não o autor identificado.
 - (C) quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.
 - (D) nos crimes de prevaricação e peculato, quando a apuração for realizada pela Polícia Civil.
 - (E) no caso de crime contra a administração, desde que o fato tenha sido esclarecido, mesmo na hipótese de autoria desconhecida.
61. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que a ação penal militar
- (A) jamais dependerá de qualquer requisição ou representação.
 - (B) dependerá de representação nos crimes contra a honra.
 - (C) em algumas hipóteses dependerá de requisição ao Poder Judiciário.
 - (D) dependerá de requisição nos crimes contra a honra.
 - (E) em algumas hipóteses dependerá de requisição ao Procurador-Geral da Justiça Militar.
62. Com relação à prisão em flagrante prevista no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que
- (A) nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito, enquanto não cessar a permanência.
 - (B) a falta de testemunhas impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
 - (C) quando a pessoa conduzida se recusar a assinar, o auto será assinado por quatro testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura na presença do indiciado.
 - (D) sendo o auto presidido por autoridade militar, esta designará, para exercer as funções de escrivão, um subtenente, se o indiciado for tenente.
 - (E) quando a pessoa conduzida não puder assinar, o auto será assinado por um Oficial, que atuará como testemunha da leitura que será realizada na presença do indiciado, do condutor e das testemunhas do fato delituoso.

63. Na hipótese de o administrador público constatar a prática de um ato ilegal, ele deverá
- (A) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade.
 - (B) anular o ato, com base no princípio da indisponibilidade.
 - (C) revogar o ato, com base no princípio da segurança jurídica.
 - (D) anular o ato, com base no princípio da precaução.
 - (E) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
64. Considere as distinções entre a Administração Pública centralizada e descentralizada e assinale a alternativa correta a respeito da matéria.
- (A) Os entes da Administração indireta possuem personalidade jurídica própria, sujeitos de direitos e obrigações e com capacidade de autoadministração e receita própria.
 - (B) Na descentralização ocorre a distribuição de responsabilidades e competências entre órgãos administrativos, mantendo-se, todavia, o liame unificador da hierarquia.
 - (C) A descentralização política concede a pessoas jurídicas competências para legislar e governar, a exemplo dos Ministérios Federais e Secretarias dos Estados.
 - (D) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público que desenvolvem atividades administrativas típicas de Estado e gozam de liberdade administrativa.
 - (E) Sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao poder público.

65. Romeu é servidor público e, no exercício de suas funções, teve conhecimento, pessoalmente, de um ato violador da probidade administrativa praticado por Hermes, que também era servidor público, mas veio a falecer um mês após o referido fato. Considerando, portanto, que Hermes, comprovadamente, cometeu um ato de improbidade administrativa, que gerou seu enriquecimento ilícito, é correto afirmar que Romeu
- (A) deverá representar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sendo que os sucessores ou herdeiros de Hermes poderão ser responsabilizados até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
 - (B) nada poderá fazer, tendo em vista o falecimento de Hermes que extinguiu a sua punibilidade.
 - (C) deverá mandar instaurar inquérito administrativo para apuração dos fatos, sendo que os sucessores ou herdeiros de Hermes poderão ser responsabilizados até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
 - (D) deverá representar ao Ministério Público para as providências cabíveis, sendo que os sucessores ou herdeiros de Hermes poderão ser responsabilizados até o limite do prejuízo aos cofres públicos, independentemente do valor do patrimônio transferido.
 - (E) deverá representar ao Delegado de Polícia competente para as providências cabíveis, sendo que os sucessores ou herdeiros de Hermes poderão ser responsabilizados até o limite do prejuízo aos cofres públicos, independentemente do valor do patrimônio transferido.
66. De acordo com o direito brasileiro, a delegação do exercício do poder de polícia, para fins de aplicação de multas de trânsito,
- (A) não é juridicamente permitida, por se tratar de atividade exclusiva do Estado.
 - (B) é permitida, apenas se a delegação for feita para pessoa jurídica de direito público, sendo vedada à pessoa de direito privado.
 - (C) é permitida, apenas se a delegação for feita para autarquia cuja atividade tenha estreita relação com o serviço delegado.
 - (D) é permitida, apenas para a Polícia Militar e para a Guarda Municipal, nos termos da lei.
 - (E) pode ser feita à sociedade de economia mista, que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
67. Considerando os poderes e deveres da Administração, quando o Conselho Nacional de Justiça, no exercício de suas funções, recebe reclamações e fiscaliza através de inspeção e correição os Tribunais; desconstitui, revê ou fixa prazo para que sejam adotadas providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ele o faz com fundamento no seu poder
- (A) disciplinar.
 - (B) regulamentar.
 - (C) hierárquico.
 - (D) de polícia.
 - (E) ordenador.
68. A respeito da defesa de servidor público acusado em processo administrativo disciplinar, que não seja por falta grave, pode-se, corretamente, afirmar que
- (A) a falta de defesa técnica ofende os direitos do acusado garantidos pela Constituição Federal.
 - (B) exige que seja feita por profissional habilitado, bacharel em direito, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (C) a designação de causídico por parte do acusado, para a sua defesa no processo, é mera faculdade da parte.
 - (D) no processo administrativo que trata da hipótese de inclusão em regime disciplinar diferenciado, pode ser dispensada a defesa técnica.
 - (E) a defesa técnica do acusado é exigida apenas na fase recursal do processo, quando a decisão lhe foi desfavorável.
69. Arnold é policial militar e foi processado criminalmente por um delito que também é um ilícito administrativo. Nessa situação hipotética, considerando as responsabilidades do policial militar, é correto afirmar que Arnold
- (A) deverá ser absolvido na esfera administrativa, se, por qualquer fundamento, for absolvido no processo criminal.
 - (B) não poderá ser afetado na esfera administrativa pela decisão do processo criminal, salvo por conduta residual.
 - (C) deverá perder o seu cargo, se condenado criminalmente, independentemente da pena aplicada na esfera criminal.
 - (D) poderá ser condenado na esfera administrativa, na ausência de provas no processo criminal.
 - (E) poderá ser absolvido na esfera administrativa, independentemente do resultado do processo criminal, pela autonomia das instâncias.

70. Segóvio é adolescente e foi flagrado cometendo ato infracional. Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que Segóvio

- (A) não poderá ser detido, salvo se houver mandado de prisão expedido pela autoridade judiciária competente.
- (B) deverá ser levado à presença do Delegado de Polícia competente, para a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- (C) poderá ter determinada a sua internação, antes da sentença, pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- (D) será submetido à identificação compulsória pelos órgãos competentes, não podendo, contudo, ser submetido à confrontação, por expressa vedação legal.
- (E) deverá ser detido, mas o local onde se encontra recolhido será *incontinenti* comunicado ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público.

71. Conforme estabelece a Lei nº 8.429/92, na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. Nesse sentido, a referida lei dispõe que a decretação de indisponibilidade

- (A) é vedada em relação à quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (B) é permitida sobre conta corrente, poupança e aplicações financeiras de qualquer valor.
- (C) é permitida sobre conta corrente e aplicações financeiras de qualquer valor e sobre poupança até o valor limite de 40 (quarenta) salários mínimos.
- (D) é permitida em relação à quantia máxima de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.
- (E) é vedada sobre valores depositados em caderneta de poupança e aplicações financeiras, sendo permitida sobre o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em conta corrente.

72. Inocêncio, que é policial em um Estado brasileiro que faz fronteira com o Paraguai, ficou sabendo que Brutus, brasileiro, 61 anos de idade, um perigoso sequestrador, estava no referido país e atravessou a fronteira para tentar prender o criminoso. Ao capturá-lo, e ainda naquele país, Inocêncio usou de violência contra o meliante, causando-lhe sofrimento físico e mental, com o fim de obter informação sobre o paradeiro da vítima sequestrada. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 9.455/97, é correto afirmar que a conduta de Inocêncio

- (A) se constitui em crime de tortura, que é inafiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que é aumentada pelo fato de ele ser agente público e também em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento será integralmente em regime fechado, mas não há previsão da perda de cargo.
- (B) não se constitui em um crime de tortura por falta de elementos legais para a sua devida caracterização, salvo se houve a confissão de Brutus.
- (C) se constitui em crime de tortura, mas Inocêncio não poderá ser processado no Brasil, tendo em vista que o delito foi praticado em outro país.
- (D) se constitui em crime de tortura, que é inafiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que é aumentada pelo fato de ele ser agente público e também em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento terá início em regime fechado, ficando ainda sujeito à perda do cargo.
- (E) se constitui em crime de tortura, que é afiançável, e ele estará sujeito à pena de reclusão, que não é aumentada pelo fato de ele ser agente público nem em virtude da idade de Brutus, e cujo cumprimento terá início em regime fechado, ficando ainda sujeito à perda do cargo.

73. Segundo o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa,

- (A) o interessado deverá assinar termo de responsabilidade se comprometendo a não divulgar a terceiros a parte sigilosa.
- (B) é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- (C) o interessado poderá consultar o documento no balcão da repartição onde ele se encontra, mas não poderá retirá-lo.
- (D) o interessado deverá ingressar com pedido de acesso à autoridade competente, que poderá autorizar a consulta pelo período de 5 (cinco) dias.
- (E) o funcionário responsável deverá abrir o competente procedimento administrativo e encaminhar o pedido da parte à autoridade competente para abertura do sigilo.

74. Segundo o disposto na Lei nº 13.869/2019 (Lei dos Crimes de Abuso de Autoridade), as penas restritivas de direitos

- (A) são expressamente vedadas.
- (B) não podem substituir as privativas de liberdade.
- (C) não podem decretar perda dos vencimentos.
- (D) preveem a pena de entrega de cestas básicas.
- (E) podem ser aplicadas cumulativamente.

75. Assinale a alternativa que está de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969).

- (A) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente, devendo todos os países abolir a pena de morte em seus ordenamentos jurídicos.
- (B) Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a punição severa do ofensor e a reparação da pessoa da vítima em todos os seus aspectos.
- (C) Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo.
- (D) Ninguém deve ser detido por dívidas. Esse princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar ou de depositário infiel.
- (E) Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, de aguardar seu julgamento em liberdade durante todo o processo.

76. Assinale a alternativa correta a respeito da importação e exportação de armas de fogo, segundo o disposto no Decreto nº 9.847/2019.

- (A) Compete à Polícia Federal autorizar e fiscalizar a exportação, a importação e o desembaraço alfandegário de armas, munições e demais produtos de uso restrito no território nacional.
- (B) A importação de armas de fogo, munições e demais produtos controlados ficará sujeita ao regime de licenciamento automático prévio ao embarque da mercadoria no exterior.
- (C) É permitida a entrada temporária no País, por prazo determinado, de armas de fogo, munições e acessórios para fins de demonstração, exposição, mostruário ou testes, que depois deverão ser vendidos no território nacional.
- (D) O desembaraço aduaneiro de armas de fogo, munições e demais produtos controlados será feito pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, após autorização do Comando do Exército.
- (E) A importação de armas de fogo completas e suas partes essenciais, armações, culatras, ferrolhos e canos, e de munições e seus insumos para recarga deve ser feita por meio do serviço postal e similares.

LEGISLAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR

77. Nos termos do Decreto nº 88.777/83, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), é correto afirmar que

- (A) a carreira policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Polícias Militares, denominada “Atividade de Segurança Pública.”
- (B) a promoção por ato de bravura, em tempo de paz, obedecerá às condições estabelecidas pelo Ministério de Exército.
- (C) os policiais-militares reformados, em determinadas hipóteses, poderão ser designados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Governador da Unidade da Federação.
- (D) as Polícias Militares integrarão o Sistema de Informações do Exército, conforme dispuserem os Comandantes de Exército ou Comandos Militares de Área, nas respectivas áreas de jurisdição.
- (E) as Polícias Militares manterão atualizada uma relação nominal, publicada anualmente, de todos os policiais-militares, agregados ou não, no exercício de cargo ou função em órgão não pertencente à estrutura da Corporação.

78. Nos termos do Decreto-Lei nº 260/70, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da PMESP, é correto afirmar que a idade-limite para permanência do militar na reserva é

- (A) de 70 (setenta) anos para Oficiais e Praças.
- (B) de 65 (sessenta e cinco) anos para Coronel.
- (C) de 60 (sessenta) anos para Oficiais e Praças.
- (D) de 59 (cinquenta e nove) anos para Major.
- (E) de 58 (cinquenta e oito) anos para Sargentos.

79. Nos termos do Decreto nº 20.218/82, que define a conceituação de acidente em serviço e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) o acidente em serviço será descaracterizado pela concorrência de outras causas que contribuam para a morte ou incapacidade do policial militar, mesmo se restar provado que entre o acidente e o dano haja relação de causa e efeito.
- (B) se considera acidente em serviço, para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, exclusivamente aquele que ocorra com o policial-militar, quando no cumprimento das atividades policiais-militares e resultante de ordens, disposições regulamentares ou de legislação em vigor.
- (C) o acidente em serviço será descaracterizado pela superveniência de outras causas que contribuam para a morte ou incapacidade do policial militar, mesmo se restar provado que entre o acidente e o dano haja relação de causa e efeito.
- (D) não se considera acidente em serviço, relativo aos componentes da Polícia Militar do Estado, aquele que ocorra no decurso de viagens impostas por motivo de movimentação.
- (E) não se aplica disposto nesse decreto quando o acidente for resultado, entre outras hipóteses, de desídia do policial-militar acidentado ou de subordinado seu, com sua aquiescência.

80. Nos termos da Lei Complementar nº 893/01 (Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar) é correto afirmar que não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida, entre outras, causas de justificação:

- (A) confissão de transgressão de autoria ignorada.
- (B) benefício do serviço, da preservação da ordem pública ou do interesse público.
- (C) ter sido a falta praticada por motivo de relevante valor social.
- (D) confissão de transgressão de autoria conhecida e imputada a outrem.
- (E) ter sido a falta praticada para evitar mal maior.

81. Nos termos do Decreto nº 55.588/10, que dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas, é correto afirmar que

- (A) fica assegurado a qualquer pessoa o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta da União, do Estado de São Paulo e de todos os municípios do Estado de São Paulo.
- (B) o prenome anotado no registro civil deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.
- (C) a pessoa interessada indicará, no momento do preenchimento do cadastro, o nome completo que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.
- (D) os servidores públicos, sob pena de responsabilização criminal, deverão tratar a pessoa pelo prenome ou nome completo, indicado, que constará de todos os atos escritos, inclusive os que ensejarão a emissão de documentos oficiais.
- (E) a pessoa interessada indicará, ao se apresentar para o atendimento, o nome completo que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

82. Nos termos do Decreto-Lei nº 667/69 (Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências) é correto afirmar que o Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios deve ser regulado por

- (A) lei da União, que estabelecerá seu modelo de gestão e poderá prever outros direitos, como saúde e assistência, e sua forma de custeio.
- (B) lei da União, que estabelecerá apenas o modelo de gestão e lei específica do ente federativo que poderá prever a sua forma de custeio.
- (C) lei específica do ente federativo, que estabelecerá tão somente o modelo de gestão.
- (D) lei da União, que estabelecerá apenas o modelo de gestão e lei específica do ente federativo que poderá prever outros direitos, como saúde e assistência, e sua forma de custeio.
- (E) lei específica do ente federativo, que estabelecerá seu modelo de gestão e poderá prever outros direitos, como saúde e assistência, e sua forma de custeio.

83. Nos termos do Decreto nº 58.052/12 (Regulamenta a Lei Federal nº 12.527/11. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências), é correto afirmar que expedição, tramitação e entrega

- (A) de documento ultrassecreto e secreto deverá ser efetuada pessoalmente, por agente público credenciado, sendo autorizada, em situações excepcionais, a sua postagem.
- (B) de qualquer documento sigiloso deverá ser efetuada pessoalmente, por agente público credenciado, sendo autorizada, em situações excepcionais, a sua postagem.
- (C) de documento ultrassecreto e secreto deverá ser efetuada pessoalmente, por agente público credenciado, sendo vedada a sua postagem.
- (D) de documento ultrassecreto, secreto e reservado deverá ser efetuada pessoalmente, por agente público credenciado, sendo vedada a sua postagem.
- (E) somente de documento classificado como ultrassecreto deverá ser efetuada pessoalmente, por agente público credenciado, sendo vedada a sua postagem.

NORMAS ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR

84. Nos termos da NI nº PM4 – 001/1.2/18 – Utilização de Armas Portáteis, é correto afirmar que a autorização para carga pessoal de arma portátil, pertencente ao patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo,

- (A) é proibida aos integrantes da Instituição.
- (B) é de competência exclusiva do Subcmt PM.
- (C) é de competência concorrente do Subcmt PM.
- (D) é de competência dos Cmt de Unidade.
- (E) é de competência dos Cmt da Cia.

85. Nos termos da Nota de Instrução PM3 – 1/03/20 – Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), na coordenação do Programa, a Comissão Superior de Auditoria é presidida pelo

- (A) Comandante Geral.
- (B) Corregedor PM.
- (C) Diretor de Pessoal.
- (D) Subcmt PM.
- (E) Coord Op PM.

86. Também conhecido como Plano Gerencial, consiste no desdobramento do planejamento estratégico nas mais diversas áreas de gestão, em todos os escalões, operacionais e administrativos, por meio da definição dos objetivos setoriais de médio prazo, que podem inclusive complementar (mas não substituir) os objetivos estratégicos. Também descrevem a metodologia a ser adotada pelas OPM envolvidas e os planos de ação que envolvem o emprego de meios humanos e materiais.

Nos termos da Diretriz PM3 – 1/02/20, Normas para o Sistema Operacional de Policiamento (NORSOP), é correto afirmar que o enunciado se refere ao nível

- (A) estratégico.
- (B) operacional.
- (C) tático.
- (D) de resposta 1.
- (E) de resposta 2.

87. Registro audiovisual de fato de interesse policial produzido por acionamento mecânico e intencional da gravação da COP, marcando temporalmente o início e término do registro de fato de interesse policial.

Nos termos da Diretriz PM3 – 1/02/22 – Câmeras Operacionais Portáteis (COP), é correto afirmar que o enunciado conceitua

- (A) repositório de dados.
- (B) vídeo de interesse policial.
- (C) registro de ocorrência audiovisual.
- (D) registro de interesse policial.
- (E) vídeo intencional.

88. Nos termos da Nota de Instrução PM3 – 002/03/20 – Normas para utilização de Armas de Incapacitação Neuromuscular (AIN), é correto afirmar que a efetiva utilização de arma de incapacitação neuromuscular enseja a

- (A) comunicação dos fatos ao CFP (ou equivalente) e a apresentação da ocorrência ao competente Plantão de Polícia Judiciária Militar e Disciplina (PPJMD), para registro e adoção das providências necessárias, uma vez que, em tese, a perfuração dos dardos e a incidência de descarga elétrica configuram o crime de lesão corporal.
- (B) comunicação dos fatos ao CFP (ou equivalente), sendo dispensada a apresentação da ocorrência ao competente Plantão de Polícia Judiciária Militar e Disciplina (PPJMD).
- (C) comunicação do fato ao Ministério Público, conforme normatização vigente, além do registro em BO/PM, com a identificação clara das circunstâncias que determinaram a utilização do armamento.
- (D) comunicação dos fatos ao CFP (ou equivalente) e a apresentação da ocorrência ao competente Plantão de Polícia Judiciária Militar e Disciplina (PPJMD), apenas na hipótese de ocorrer o crime de lesão corporal.
- (E) comunicação dos fatos ao Delegado de Polícia e a apresentação da ocorrência ao competente Plantão de Polícia Judiciária Militar e Disciplina (PPJMD), apenas na hipótese de ocorrer o crime de lesão corporal.

89. Nos termos da Portaria PM1 – 7/02/23, de 30.05.23, que dispõe sobre o regime de trabalho na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá outras providências, é correto afirmar que o policial militar sujeito ao regime de horário de expediente não poderá se afastar por

- (A) 3 (três) dias consecutivos de sua OPM na respectiva semana, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.
- (B) 5 (cinco) dias consecutivos de sua OPM na respectiva semana, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.
- (C) 2 (dois) dias consecutivos de sua OPM na respectiva semana, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.
- (D) 1 (um) dia de sua OPM na respectiva semana, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.
- (E) 4 (quatro) dias consecutivos de sua OPM na respectiva semana, salvo por caso fortuito ou motivo de força maior.

90. Nos termos das I – 40 – PM – Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal praticada por Policial Militar, é correto afirmar que, para as Praças afastadas ilegalmente do serviço ativo, o Comandante da Unidade deverá instaurar processo regular no prazo máximo de até

- (A) 8 (oito) dias, a contar da data da lavratura da Parte de Ausência, conforme norma própria.
- (B) 6 (seis) dias, a contar da data da lavratura da Parte de Ausência, conforme norma própria.
- (C) 10 (dez) dias, a contar da data da lavratura da Parte de Ausência, conforme norma própria.
- (D) 30 (trinta) dias, a contar da data da lavratura da Parte de Ausência, conforme norma própria.
- (E) 60 (sessenta) dias, a contar da data da lavratura da Parte de Ausência, conforme norma própria.

